

1. Contexto Operacional

A Cambuci S.A. (“Cambuci” ou “Companhia”) é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo - SP, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – BMF&BOVESPA com o código de negociação “CAMB4”.

A Companhia tem como objetivo social a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, tais como fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie, assim como a prestação de serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros, consultoria e assessoria administrativa, além da participação em outras Companhias como sócia ou acionista.

A Companhia possui plantas industriais nas cidades de Itabuna e Itajuípe, ambas no Estado da Bahia, e em Bayeux no Estado da Paraíba.

Para o desenvolvimento de suas atividades comerciais no exterior, a Companhia, através de suas controladas, atua na Argentina, Uruguai, Chile. As unidades da Espanha e do Paraguai estão com suas atividades paralisadas.

Em 2015, a retração da economia se acentuou principalmente devido à crise política no Governo Federal, gerando instabilidade do mercado local e internacional em relação ao Brasil, com destaque para o aumento do desemprego, piora dos indicadores econômicos e redução das linhas de crédito e capital de giro em todos os setores, cenário este que auxiliou o descasamento do capital circulante líquido da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2015, de forma consolidada, a Companhia e suas controladas, apresentam passivo circulante em excesso ao ativo circulante, consolidados, no montante de R\$ 58.711, principalmente pelos seus empréstimos e financiamentos de curto prazo.

A Administração da Companhia, assessorada por empresa especializada em reestruturação financeira, vem trabalhando de forma contínua em um processo de alongamento de seu endividamento de curto prazo para longo prazo junto às instituições financeiras, visando readequar sua estrutura de capital, equilíbrio do caixa e redução do custo médio da dívida.

Venda da marca Penalty do Japão

Em dezembro de 2015 a Companhia realizou a venda da sua marca Penalty, somente no território japonês, para a empresa Winsports Co. Ltd, no montante de USD\$ 10 milhões, que representa R\$ 39 milhões.

2. Relação de entidades controladas e consolidadas

A Companhia não adquiriu empresa ou negócio no período findo em 31 de dezembro de 2015 e de 31 de dezembro de 2014, bem como não há ativos não circulantes mantidos para a venda.

As informações consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, conforme nota explicativa 5.

3. Declarações da administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2015.

Não há em 31 de dezembro de 2015 e 2014 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de maio de 2016.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado Nota 18.2, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas Nota. 25, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares Notas. 27.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustado, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos.

4. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

A seguir apresentam-se as normas que serão efetivas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2016:

- IFRS 11 – Negócios em Conjunto – Orienta sobre os critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisição de participações em negócios em conjunto de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3 (Combinação de Negócios). A Companhia irá avaliar essa nova norma, mas não espera que cause impacto em suas demonstrações financeiras.
- IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização – As alterações fornecem orientações adicionais sobre como a depreciação ou amortização de bens do ativo imobilizado e ativos intangíveis devem ser contabilizados. As alterações também esclarecem que o uso de métodos baseados em receitas para calcular a depreciação de um ativo não é apropriado e limita a utilização para o cálculo de amortização. A Companhia irá avaliar essa nova norma, mas não espera que cause impacto em suas demonstrações financeiras.

A seguir apresentam-se as normas que serão efetivas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra o projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Companhia está avaliando essa nova norma, mas não espera que cause impacto em suas demonstrações financeiras.

• IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes – A IFRS 15 substituirá praticamente todas as regras para reconhecimento de receitas. Esse modelo único busca trazer maior consistência e comparabilidade das práticas para reconhecimento de receitas entre setores, introduz novas estimativas e julgamentos, além de novos requisitos de divulgação. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

A Companhia aplicou consistentemente as políticas contábeis descritas na nota explicativa 6 a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

5. Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

| | Participação no capital total - % | | |
|--|-----------------------------------|--------|--------|
| | Sede (País) | Dez/15 | Dez/14 |
| Controladas Diretas | | | |
| Cambuci Importadora Ltda. | Brasil | 99,99 | 99,99 |
| Era Sports Ltda. | Brasil | 99,99 | 99,99 |
| Impar Paraguay S/A | Paraguai | 96,70 | 96,70 |
| Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda. | Brasil | 98,00 | 98,00 |
| Latinline S/A | Uruguai | 100,00 | 100,00 |
| Penalty Argentina S/A | Argentina | 95,00 | 95,00 |
| Penalty Chile S/A | Chile | 75,00 | 76,00 |
| Penalty Ibéria S.L | Espanha | 100,00 | 100,00 |

- (i) Cambuci Importadora Ltda, (“Cambuci Importadora”) sediada no Espírito Santo para importações de produtos para industrialização. Está ativa, mas sem movimento. A Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda (“Impar Sports”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a comercialização no atacado de artigos do vestuário e complementos. A Era Sports Ltda (“Era Sports”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a compra, venda e comercialização de ativos, da empresa e seus sócios, bem como participação em empresas não financeiras.
- (ii) Impar Paraguay, sediada na Cidade de Hernandarias no Paraguai, cuja moeda funcional é o Guarani, tem como objeto a produção, comercialização, importação e exportação de produtos esportivos.
- (iii) Penalty Argentina S/A (“Penalty Argentina”), sediada na Cidade de Buenos Aires na Argentina, cuja moeda funcional é o Peso Argentino; tem como objeto a comercialização, importação e exportação de artigos esportivos.
- (iv) Penalty Chile S/A (“Penalty Chile”), sediada na Cidade de Santiago no Chile, cuja moeda funcional é o Peso Chileno; tem como objeto a comercialização e importação de artigos esportivos.
- (v) Penalty Ibéria S.L. (“Penalty Ibéria”), sediada na Espanha, cuja moeda funcional é o Euro; tem como finalidade a comercialização e importação de artigos esportivos.
- (vi) Latinline Trade S/A (“Latinline”), é uma sociedade constituída na Republica Oriental do Uruguai, cujo objeto é o desenvolvimento de atividades comerciais de vendas ao mercado asiático, através da cobrança de royalties

Os períodos contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora. As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas controladas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas nas informações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 (R3) e IAS 27 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações:

- a) As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas;
- b) Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas;
- c) Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e
- d) As parcelas do resultado do exercício e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas.

6. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão à favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

b.1) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluídas na consolidação e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos pelas taxas médias mensais dos exercícios.

b.2) Transações denominadas em moeda estrangeira.

As controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c.) *Instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado.

d) *Mensuração subsequente*

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

e) *Ativos financeiros*

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo.
- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, e variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros que não se qualificam nas categorias descritas acima. A Companhia não tem ativos financeiros classificados nessa categoria.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes.

f) *Passivos financeiros*

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa

efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos e fornecedores.

g) *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e têm se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) *Impairment de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de *impairment*. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” (Nota 8).

j) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 9.

k) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos. A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

l) Investimentos

Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

m) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 17 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

n) Intangível

São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 18.

o) Redução ao valor recuperável - Impairment

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de impairment sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas “UGC’s” ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única UGC para realizar esse teste.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

q) Tributação

q.1) *Imposto de renda e contribuição social*

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9%

sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

Os créditos fiscais diferidos referentes ao prejuízo fiscal do IR e base negativa da CSLL, não foram reconhecidos em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº32, aprovado pela deliberação CVM 599/09.

r) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

s) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

t) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

u) Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

(i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 26.

(iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

v) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado,

mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

x) **Arrendamentos**

Os contratos de arrendamento são classificados como leasing financeiros sempre que os termos do leasing transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

Os leasing financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do leasing financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do leasing. O bem do imobilizado adquirido por meio de leasing financeiro é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na Nota 17.2.

A Companhia não possui arrendamento mercantil operacional.

Apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 – R2 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

7. Política de gestão de risco

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(i) Risco de mercado

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta e está apresentada na Nota 27.3.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

a) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Cambuci se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. Neste contexto, a utilização de operações de hedge é para fins exclusivos de proteção e é pautada nos seguintes termos: (i) proteção de fluxo de caixa contra descasamento de moedas, (ii) proteção de fluxo de receita para pagamento de amortizações e juros das dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas.

A Cambuci tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de curto e longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração, além de hedge para operações de curto prazo.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), das taxas pós-fixadas indexadas aos índices de inflação IPCA/INPC e, da variação do certificado de depósito interbancário (“CDI diário”).

c) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização.

d) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

| | | Consolidado | | | |
|----------------------------------|-------------|---------------------------|-------------------------------------|--|------------------------------------|
| | Nota | Até um ano (i) | Entre um e dois anos (i) | Entre dois e cinco anos (i) | Acima de cinco anos (i) |
| | | | | | Total |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 19 | 33.841 | | | 33.841 |
| Empréstimos e financiamentos | 21 | - | 135.784 | 3.922 | 8.942 |
| Debêntures | 22 | 5.631 | | | 5.631 |
| Em 31 de Dezembro de 2015 | | 39.472 | 135.784 | 3.922 | 8.942 |
| | | | | | 188.120 |

8. Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | |
| Caixa | 86 | 131 | 86 | 131 |
| Bancos - conta movimento | 1.991 | 9.479 | 3.383 | 12.842 |
| Aplic.financeiras | 7.389 | 5.285 | 7.389 | 5.285 |
| | 9.466 | 14.895 | 10.858 | 18.258 |

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários (“CDB”) compromissadas e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

9. Contas a receber

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Contas a receber no mercado interno | 46.062 | 50.732 | 63.505 | 76.088 |
| Contas a receber no mercado externo | 1.248 | 3.375 | 2.540 | 3.903 |
| Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) | (5.218) | (3.479) | (7.304) | (5.171) |
| | 42.092 | 50.628 | 58.742 | 74.820 |
| Partes Relacionadas (Nota 12) | 6.758 | 14.583 | - | - |
| Total | 48.850 | 65.211 | 58.742 | 74.820 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Títulos Vencidos - terceiros | | | | |
| Até 30 dias | 1.513 | 3.408 | 2.543 | 4.055 |
| De 31 a 180 dias | 2.579 | 4.628 | 4.465 | 5.277 |
| A partir de 180 dias | 4.593 | 5.808 | 5.155 | 7.105 |
| Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) | (5.218) | (3.479) | (7.304) | (5.171) |
| Total dos títulos vencidos - terceiros | 3.467 | 10.365 | 4.859 | 11.266 |
| Títulos a vencer - terceiros | 38.626 | 40.263 | 53.883 | 63.554 |
| Total da carteira de clientes - terceiros | 42.092 | 50.628 | 58.742 | 74.820 |
| Partes relacionadas (nota 12) | 6.758 | 14.583 | - | - |
| Total da carteira de clientes - terceiros | 48.850 | 65.211 | 58.742 | 74.820 |

A movimentação do saldo de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Saldo da PECLD no início do exercício | (3.479) | (1.812) | (5.171) | (2.260) |
| Adição(Perdas) do período | (4.267) | (2.077) | (4.661) | (3.321) |
| Baixa de títulos considerados incobráveis | 2.528 | 410 | 2.528 | 410 |
| Saldo da PECLD no final do exercício | (5.218) | (3.479) | (7.304) | (5.171) |

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de (i) 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 120 dias; (ii) 95% do montante dos títulos em cobrança judicial; (iii) 5% de todos os títulos derivados de renegociação com clientes e com prazo de recebimento superior a 24 meses. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. A classificação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no resultado é apresentada em despesa com vendas. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

10. Venda de marcas a receber

Em 10 de dezembro de 2015 a companhia realizou a venda da marca Penalty no Japão pelo valor de USD\$10 milhões para a empresa Windports Co.,Ltd., que a partir de então, passou a exercer os direitos de uso da marca , somente no território japonês. A Winsports já atuava como distribuidor licenciado no Japão há mais de 25 anos.

11. Estoques

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Produtos acabados | 20.343 | 20.974 | 36.182 | 38.026 |
| Importação em andamento | 1.651 | 3.251 | 1.651 | 3.407 |
| Produtos em elaboração | 1.685 | 1.202 | 1.685 | 1.388 |
| Matérias-primas | 6.734 | 10.055 | 10.067 | 15.932 |
| Matérias-primas em trânsito | 815 | 238 | 2.408 | 238 |
| Material de manutenção | - | 488 | - | 488 |
| | 31.228 | 36.208 | 51.993 | 59.479 |

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima e produtos acabados da Companhia.

Os estoques estão segurados contra incêndio. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos.

A Companhia tem como política avaliar mensalmente o giro dos estoques, e para os itens de baixa rotatividade ou obsoletos, são constituídas provisões com perdas.

A classificação das perdas por obsolescência no resultado é apresentada em outras despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de estoque obsoleto é de R\$ 1.273 (R\$ 1.442 em 31 de dezembro de 2014), demonstrada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Saldo da Provisão Obsolescência no início do período | (1.442) | (1.899) | (1.442) | (1.899) |
| Reversão (Perdas) do período | 834 | 457 | 834 | 457 |
| Saldo da Provisão Obsolescência no final do período | (608) | (1.442) | (608) | (1.442) |

12. Partes Relacionadas

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses.

As transações entre a Controladora e as suas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

| | Controladora | | | | | |
|--|---------------------------|---------------------------------|--------------|--------------------------------|--|--------------------------|
| | 31/12/2015 | | | | Transação no resultado de janeiro a Dezembro de 2015 | |
| | Ativo | | Passivo | | | |
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante | Compra de matérias-primas, | |
| | Contas a receber clientes | Crédito com partes relacionadas | Fornecedores | Débito com partes relacionadas | Venda de produtos | produtos acabados, serv. |
| Controladas | | | | | | |
| Cambuci Importadora Ltda. | - | 4.524 | - | - | - | - |
| Era Sports Ltda. | - | 65 | - | - | - | - |
| Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda. | - | 19.568 | - | - | 8.840 | 371 |
| Impar Paraguay S/A | - | - | - | - | 2.594 | 18.820 |
| Latinline | - | - | - | 897 | 0 | 0 |
| Penalty Chile S/A | 2.328 | 809 | - | - | 329 | - |
| Penalty Argentina S/A | 4.430 | - | - | - | 2.378 | - |
| Total | 6.758 | 24.966 | - | 897 | 14.141 | 19.191 |

| | Controladora | | | | | |
|--|--|--|----------------------------|---|--|--|
| | 31/12/2014 | | | | Transação no resultado de janeiro a Dezembro de 2014 | |
| | Ativo | | Passivo | | | |
| | Circulante Contas a receber clientes | Não Circulante Crédito com partes relacionadas | Circulante Fornecedores | Não Circulante Débito com partes relacionadas | Venda de produtos | Compra de matérias-primas, produtos acabados, serv. |
| Controladas | | | | | | |
| Cambuci Importadora Ltda. | - | 2.812 | - | - | - | - |
| Era Sports Ltda. | - | 63 | - | - | - | - |
| Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda. | 3.036 | 22.461 | - | - | 4.984 | 802 |
| Latinline S/A | - | - | - | 367 | - | - |
| Impar Paraguay S/A | 4.346 | - | 11.554 | - | 2.379 | 14.992 |
| Penalty Chile S/A | 1.554 | 606 | - | - | 429 | - |
| Penalty Ibérica S.L | - | 3.727 | - | - | - | - |
| Penalty Argentina S/A | 5.647 | - | - | - | 2.573 | - |
| Total | 14.583 | 29.669 | 11.554 | 367 | 10.365 | 15.794 |

As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas.

Os saldos com as controladas, classificados em “Partes relacionadas”, no ativo não circulante, conforme quadro acima, são referentes a conta correntes operacionais entre as empresas do Grupo.

Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

A Companhia está de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (“Lei das S.A.”), que proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considerou como “pessoal-chave da administração” os membros dos conselhos de administração, conselho fiscal e os integrantes da sua diretoria. Em 31 de dezembro de 2015, o montante acumulado referente à salário do pessoal-chave da administração foi de R\$ 2.482 (R\$ 3.229 em 31 de dezembro de 2014).

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), a Companhia não possui programa de remuneração de benefícios de curto ou longo prazo a empregados ou administradores, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pela remuneração baseada em ações, conforme descrito na nota 34

13. Tributos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) | 128 | 5 | 402 | 208 |
| Imposto sobre produto industrializado (IPI) | 268 | 194 | 268 | 194 |
| Programa de Integração Social (PIS) | 5 | 19 | 5 | 19 |
| Contribuição para Seguridade Social (COFINS) | - | 615 | - | 615 |
| Imposto sobre valor agregado (IVA) | - | - | 2.986 | 1.683 |
| Outros | 110 | 869 | 619 | 2.771 |
| | 511 | 1.703 | 4.281 | 5.490 |

13.1 Imposto de renda (“IR”) e Contribuição Social sobre o Lucro (“CSSL”)

| | Controladora | |
|--|---------------------|-------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Lucro/(Prejuízo) antes do IR e da CSL | (27.450) | 13.986 |
| Adições | 12.685 | 5.351 |
| Resultado da equivalência patrimonial | - | - |
| Outras | 12.685 | 5.351 |
| Exclusões | (21.210) | (41.820) |
| Efeitos Tributários da adoção | - | - |
| Subvenção para investimento - ICMS | (20.017) | (19.567) |
| Resultado da equivalência patrimonial | (1.451) | (5.700) |
| Benefício Fiscal por Liquidação - REFIS | - | (16.062) |
| Outras | 259 | (491) |
| Prejuízo fiscal e Base de Cálculo Negativa apurados | (35.975) | (22.483) |

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apurou no consolidado uma despesa com imposto de renda proveniente de sua controlada Penalty Argentina, no montante de R\$ 2.260. Este imposto foi calculado e contabilizado segundo as leis tributárias vigentes na Argentina que são como segue:

| | |
|---|-------------------|
| Base de Cálculo do Imposto - Penalty Argentina | 31/12/2015 |
| Lucro no período antes dos Impostos | 6.818 |
| Aliquota Nominal | 35% |
| | 2.386 |
| Saldo a recuperar de exercícios Anteriores | (126) |
| Total da despesa de imposto de renda | 2.260 |

Os créditos fiscais diferidos não foram contabilizados em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº 32 que foi aprovado pela deliberação CVM 599/09. A Administração da Companhia mantém monitoramento de seus resultados, com vistas ao reconhecimento contábil dos referidos créditos fiscais se atingidas todas as condições previstas no citado Pronunciamento. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo do prejuízo fiscal é de R\$163.793 (R\$127.819 em 31 de dezembro 2014) e de base negativa de contribuição social é de R\$103.881 (R\$67.908 em 31 de dezembro 2014).

14. Despesas pagas antecipadamente (circulante e não circulante)

Os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante, correspondem a antecipações de recursos relacionados a contratos de patrocínios com clubes de futebol, prêmios de seguros e gastos com marketing.

| Curto Prazo | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Materiais Clube | - | 2.827 | - | 2.827 |
| Juros a Apropriar | 123 | 2.523 | 123 | 2.523 |
| Outras | 180 | 840 | 259 | 853 |
| | 303 | 6.190 | 382 | 6.203 |
| Circulante | 303 | 5743 | 382 | 5756 |
| Não Circulante | | 447 | - | 447 |

15. Demais contas a receber (circulante e não circulante)

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Valor a receber de terceiros | 598 | 2.900 | 3.137 | 2.900 |
| Despachante Aduaneiro | 728 | 221 | 919 | 221 |
| Alugueis a receber | 620 | 613 | 620 | 613 |
| Adiantamento Fornecedor Nacional | 804 | 87 | 1.390 | 87 |
| Outros | 748 | 638 | 4.717 | 5.958 |
| Valor Fundap a liberar (i) | - | - | 19.990 | 19.990 |
| Saldos vinculados | 6.059 | | 6.059 | |
| | 9.557 | 4.459 | 36.832 | 29.769 |
| Circulante | 8.833 | 3.893 | 14.851 | 8.289 |
| Não Circulante | 724 | 566 | 21.981 | 21.480 |

- (i) Trata-se de ação indenizatória contra o BANDES, oriundo de sentença proferida pelo TJ/ES, a qual não cabe rediscussão nos tribunais superiores.

16. Investimentos

(a) Informações sobre as controladas

| Investimento da controladora | Controladora | | | | |
|--|------------------------------------|------------------|------------|--------------------|------------|
| | Participação no capital total % | Lucro (prejuízo) | | Patrimônio líquido | |
| | | do período | | | |
| | | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Controladas | | | | | |
| Cambuci Importadora Ltda. | 99,99 | (266) | 2.336 | (6.431) | (6.183) |
| Era Sports Artigos Esportivos Ltda. | 99,99 | (710) | (707) | 28.047 | 28.756 |
| Impar Paraguay S/A | 96,70 | (1.533) | 1.482 | 3.991 | 5.044 |
| Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda. | 98,00 | (313) | 2.632 | (16.808) | (16.636) |
| Latinline S/A | 100,00 | 501 | 1.651 | 3.847 | 4.609 |
| Penalty Argentina S/A | 95,00 | 4.965 | 379 | 8.029 | 3.323 |
| Penalty Chile S/A | 75,00 | (3.385) | 85 | (412) | 1.427 |
| Penalty Ibéria S.L | 100,00 | 1.537 | (2.017) | (327) | (4.308) |

(b) Em 31 de dezembro de 2015, a movimentação dos investimentos e da provisão para perda em investimentos, foram as seguintes:

| | Saldos em 31/12/2014 | Aumento do capital social | Equivalência patrimonial | Ajuste de conversão | Saldos em 31/12/2015 |
|--|-------------------------|------------------------------|-----------------------------|------------------------|-------------------------|
| Investimentos em controladas | | | | | |
| Era Sports Artigos Esportivos Ltda. | 28.755 | - | (710) | - | 28.045 |
| Impar Paraguay S/A | 4.878 | - | (1.483) | 464 | 3.859 |
| Latinline S/A | 4.608 | 78 | 501 | (1.340) | 3.847 |
| Penalty Argentina S/A | 3.156 | - | 4.717 | (246) | 7.627 |
| Penalty Chile S/A | 1.085 | - | (2.539) | 1.763 | 309 |
| | 42.482 | 78 | 486 | 641 | 43.687 |
| - | | | | | |
| | Saldos em 31/12/2014 | Aumento do capital social | Equivalência patrimonial | Ajuste de conversão | Saldos em 31/12/2015 |
| Provisão para perdas em investimentos | | | | | |
| Cambuci Importadora Ltda. | (6.180) | - | (265) | 14 | (6.431) |
| Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda. | (16.304) | - | (307) | 325 | (16.286) |
| Penalty Ibéria S.L | (4.308) | - | 1.537 | 2.444 | (327) |
| | (26.792) | - | 965 | 2.783 | (23.044) |

A Companhia adota como prática constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente a participação societária sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), percentual este a sua obrigação perante ao déficit da Companhia. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, na rubrica “Provisão para perda em controladas”, tendo como contrapartida a conta de “resultado de equivalência patrimonial”.

17. Imobilizado

| | | | | | | | Controladora |
|----------------------------|-----------|--------|-------------|---------|--------|-------------|--------------|
| Taxa de Depreciação | | dez/15 | | | Dez/14 | | |
| | | Custo | Depreciação | Líquido | Custo | Depreciação | Líquido |
| Terreno | | 145 | - | 145 | 145 | - | 145 |
| Edificações | 2% a 4% | 10.648 | (5.451) | 5.197 | 10.648 | (6.547) | 4.101 |
| Maquinas e equipamentos | 6,67% | 49.446 | (32.885) | 16.562 | 48.548 | (31.223) | 17.325 |
| Equipamentos de computação | 20% | 7.491 | (6.792) | 699 | 7.048 | (6.509) | 538 |
| Instalações | 10% | 14.606 | (10.680) | 3.926 | 14.446 | (8.415) | 6.032 |
| Móveis e utensílios | 10% | 4.125 | (3.664) | 461 | 4.134 | (2.722) | 1.412 |
| Outros ativos imobilizados | 10% a 25% | 8.424 | (7.526) | 898 | 10.004 | (8.009) | 1.995 |
| Imobilizado em andamento | | 2.986 | - | 2.986 | 1.964 | - | 1.964 |
| Total | | 97.871 | (66.998) | 30.873 | 96.937 | (63.425) | 33.511 |

| | | | | | | Consolidada | |
|----------------------------|-----------|---------|-------------|---------|---------|-------------|---------|
| Taxa de Depreciação | | dez/15 | | | Dez/14 | | |
| | | Custo | Depreciação | Líquido | Custo | Depreciação | Líquido |
| Terreno | | 12.433 | - | 12.433 | 12.433 | - | 12.433 |
| Edificações | 2% a 4% | 28.364 | (6.868) | 21.496 | 28.364 | (7.255) | 21.109 |
| Maquinas e equipamentos | 6,67% | 49.856 | (33.218) | 16.638 | 52.680 | (33.171) | 19.509 |
| Equipamentos de computação | 20% | 7.790 | (7.040) | 750 | 7.243 | (6.621) | 623 |
| Instalações | 10% | 14.734 | (10.710) | 4.024 | 15.051 | (8.595) | 6.456 |
| Móveis e utensílios | 10% | 4.688 | (4.018) | 670 | 5.005 | (3.153) | 1.853 |
| Outros ativos imobilizados | 10% a 25% | 8.661 | (7.567) | 1.095 | 10.716 | (7.885) | 2.830 |
| Imobilizado em andamento | | 2.986 | - | 2.986 | 2.223 | - | 2.223 |
| Total | | 129.512 | (69.421) | 60.091 | 133.715 | (66.680) | 67.035 |

Movimentação do ativo imobilizado está demonstrada no quadro abaixo:

| | | | | | | Controladora |
|----------------------------|---------------|--------------|----------------|----------------|----------------|---------------|
| | Dez/2014 | Adições | Baixas | Transferências | Depreciações | dez/15 |
| Terreno | 145 | - | - | - | - | 145 |
| Edificações | 4.101 | - | - | - | 1.096 | 5.197 |
| Maquinas e equipamentos | 17.325 | 66 | - | 832 | (1.662) | 16.562 |
| Equipamentos de computação | 538 | 332 | (35) | 146 | (283) | 699 |
| Instalações | 6.032 | - | - | 160 | (3.994) | 2.198 |
| Móveis e utensílios | 1.412 | - | - | (9) | (942) | 461 |
| Outros ativos imobilizados | 1.995 | 300 | (1.630) | (151) | 516 | 1.030 |
| Imobilizado em andamento | 1.964 | 3.595 | - | (978) | - | 4.582 |
| Total | 33.511 | 4.294 | (1.665) | - | (5.269) | 30.873 |

| | Dez/2014 | Adições | Baixas | Transferências | Depreciações | dez/15 |
|----------------------------|---------------|--------------|----------------|----------------|----------------|---------------|
| Terreno | 12.433 | - | - | - | - | 12.433 |
| Edificações | 21.635 | - | - | - | 1.096 | 22.731 |
| Maquinas e equipamentos | 18.844 | 66 | - | 832 | (1.662) | 18.080 |
| Equipamentos de computação | 313 | 332 | (35) | 146 | (283) | 473 |
| Instalações | 5.870 | - | - | 160 | (5.722) | 308 |
| Móveis e utensílios | 1.399 | - | - | (9) | (942) | 448 |
| Outros ativos imobilizados | 4.243 | 300 | (4.205) | (151) | 516 | 703 |
| Imobilizado em andamento | 2.297 | 3.595 | - | (978) | - | 4.914 |
| Total | 67.035 | 4.294 | (4.240) | - | (6.997) | 60.091 |

(i) O imobilizado em andamento refere-se, basicamente, a investimentos na linha de produção de bolas, calçados e manutenção das normas de segurança nas fábricas.

(ii) O saldo que consta na coluna de transferência é referente a valor transferido do grupo de intangível

17.1 Arrendamento mercantil financeiro

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo a pagar dessas operações totaliza R\$575 (R\$550 em 31 de dezembro de 2014), contemplado na rubrica “Empréstimos e Financiamentos”, referente a compra de veículos e equipamentos de informática, alocados nas respectivas contas dentro do Ativo Imobilizado.

17.2 Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

| | Vida útil dos ativos imobilizados | |
|----------------------------|--|-------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Edificações | 25 a 50 anos | 25 a 50 anos |
| Máquinas e equipamentos | 10 a 15 anos | 10 a 15 anos |
| Equipamentos de computação | 5 anos | 5 anos |
| Instalações | 10 anos | 10 anos |
| Móveis e utensílios | 10 anos | 10 anos |
| Outros ativos imobilizados | 4 a 10 anos | 4 a 10 anos |

As máquinas e equipamentos industriais foram avaliadas por um prazo médio de vida útil entre 10 e 15 anos, refletindo o uso contínuo desses equipamentos. Esse prazo foi definido levando em consideração as manutenções preventivas e corretivas praticadas no decorrer da vida útil dos ativos no processo produtivo e constante substituição de peças de reposição pelo avanço tecnológico e aumento na produção.

17.3 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Periodicamente, a Companhia efetua avaliação de seus ativos, através do setor de engenharia do produto, o qual avalia aquisição de novas tecnologias, possíveis descartes de equipamentos, manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que possam representar ganho de produtividade.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou provisão de impairment para os ativos da controlada Impar Paraguai no valor de R\$ 3.517, devido a paralização desta operação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou uma avaliação através da metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando premissas e análises de fatores internos e externos às operações da Companhia, que sinalizassem a presença de indicadores de risco de realização. O critério definido como indicativo de valor recuperável (*impairment*), pela Administração, foi o resultado global de suas plantas industriais, consideradas como o menor grupo identificável de unidade geradora de caixa. E como resultado desta análise, de acordo com o pronunciamento técnico CPC – 01 (R1) – Recuperação ao valor recuperável dos ativos, não foi constatada a necessidade de provisão para desvalorização por “*impairment*” sobre esses saldos.

18. Ativo Intangível

| | | | | | Controladora | | |
|--------------------------------|-----|------------|--------------|---------|--------------|--------------|---------|
| Taxa de Amortização | | 31/12/2015 | | | Dez/15 | | |
| | | Custo | Amortizações | Líquido | Custo | Amortizações | Líquido |
| Marcas e patentes | 10% | 2.116 | (1.938) | 178 | 2.116 | (2.077) | 39 |
| Direito de uso de software (i) | 20% | 6.952 | (5.958) | 994 | 6.908 | (2.106) | 4.802 |
| Outros ativos intangíveis | | - | - | - | 1.159 | - | 1.159 |
| Intangível em andamento | | 232 | - | 232 | 231 | - | 231 |
| Total | | 9.300 | (7.896) | 1.404 | 10.414 | (4.183) | 6.231 |

| | | | | | Consolidado | | |
|--------------------------------|-----|------------|--------------|---------|-------------|--------------|---------|
| Taxa de Amortização | | 31/12/2015 | | | Dez/14 | | |
| | | Custo | Amortizações | Líquido | Custo | Amortizações | Líquido |
| Marcas e patentes | 10% | 2.116 | (1.938) | 178 | 2.116 | (2.077) | 39 |
| Direito de uso de software (i) | 20% | 7.416 | (5.964) | 1.452 | 8.206 | (2.169) | 6.037 |
| Intangível em andamento | | 232 | - | 232 | 231 | - | 231 |
| Total | | 9.764 | (7.902) | 1.862 | 10.554 | (4.246) | 6.307 |

- (i) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia. São representados substancialmente pelos sistemas Totvs-EMS e LINX. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de cinco anos para o sistema de gestão Totvs-EMS.

A amortização de marcas e patentes e custos de desenvolvimento é alocada aos custos dos estoques e incluídos no 'Custo das vendas', na medida em que os estoques são vendidos.

A movimentação do ativo intangível está demonstrada no quadro abaixo:

| | | | | | Controladora |
|----------------------------|--------------|-----------|--------------|----------------|--------------|
| | Dez/14 | Adições | Baixas | Amortizações | dez/15 |
| Marcas e patentes | 38 | - | - | 140 | 178 |
| Direito de uso de software | 5.960 | 45 | (914) | (4.097) | 994 |
| Intangível em andamento | 232 | - | - | - | 232 |
| Total | 6.231 | 45 | (914) | (3.957) | 1.404 |

| | | | | | Consolidado |
|----------------------------|--------------|------------|--------------|----------------|--------------|
| | Dez/14 | Adições | Baixas | Amortizações | dez/15 |
| Marcas e patentes | 38 | - | - | 140 | 178 |
| Direito de uso de software | 6.037 | 508 | (996) | (4.097) | 1.452 |
| Intangível em andamento | 232 | - | - | - | 232 |
| Total | 6.307 | 508 | (996) | (3.957) | 1.862 |

19. Fornecedores

| | Controladora | | Controladora | |
|------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Fornecedores Nacionais | 21.472 | 16.894 | 24.903 | 25.835 |
| Fornecedores exterior | 3.714 | 2.347 | 8.938 | 4.891 |
| Total de fornecedores | 25.186 | 19.242 | 33.841 | 30.726 |
| Fornecedores - partes relacionadas | - | 11.554 | - | - |
| Total | 25.186 | 30.795 | 33.841 | 30.726 |

20. Empréstimos e Financiamentos

| | | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Encargos Financeiros Médios | | dez/15 | dez/14 | dez/15 | dez/14 |
| Em moeda corrente - R\$ | | | | | |
| Capital de giro | CDI + 5,86% a.m. | 114.444 | 56.422 | 114.444 | 57.953 |
| Capital de giro | Fixo 18% a.a. | - | - | - | 16.581 |
| BNDES | TJLP + 3,5% a 5,5% a.a. | 536 | 25.309 | 536 | 25.309 |
| Desenbahia - BNDES (a) | TJLP | 16.133 | 17.615 | 16.133 | 17.615 |
| FINAME/FINEP | TR + 1% a.m. | 231 | 371 | 231 | 371 |
| Leasing | 1,04% a 1,24% | 575 | 550 | 575 | 550 |
| BDMG | IPCA + 6% a.a. | 1.460 | 1.839 | 1.460 | 1.839 |
| | | 133.379 | 102.106 | 133.379 | 120.218 |
| Em moeda estrangeira - US\$ | | | | | |
| Financiamento Importação | Taxa Libor + 3,5% a.a. | - | 4.719 | - | 4.719 |
| Capital de giro | (principal e juros reais - Moeda local) | - | 12.613 | 15.269 | 12.613 |
| Capital de giro | Libor + 7,5% a.a. | - | - | - | 10.385 |
| | | - | 17.332 | 15.269 | 27.717 |
| | | 133.379 | 119.438 | 148.648 | 147.935 |
| Passivo circulante | | 116.698 | 82.997 | 131.967 | 105.253 |
| Passivo não circulante | | 16.681 | 36.441 | 16.681 | 42.682 |

Detalhamento das operações de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2015, o detalhamento das operações de financiamentos referentes à captação de recursos para capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas está assim demonstrado por empresa:

| | | Penalty | | Total |
|-----------------------------|---|----------------|---------------------|----------------|
| Encargos Financeiros Médios | | Cambuci | Argentina Chile | |
| Em moeda corrente - R\$ | | | | |
| Capital de giro | CDI + 5,86% a.m. | 114.444 | | 114.444 |
| Capital de giro | Fixo 18% a.a. | | | - |
| BNDES | TJLP + 3,5% a 5,5% a.a. | 536 | | 536 |
| Desenhahia - BNDES (a) | TJLP | 16.133 | | 16.133 |
| FINAME/FINEP | TR + 1% a.m | 231 | | 231 |
| Leasing | 1,04% a 1,24% | 575 | | 575 |
| BDMG | IPCA + 6% a.a. | 1.460 | | 1.460 |
| | | 133.379 | - | 133.379 |
| Em moeda estrangeira - US\$ | | | | |
| Capital de giro | (principal e juros reais - Moeda local) | | 12.765 2.504 | 15.269 |
| | | - | 12.765 2.504 | 15.269 |
| | | 133.379 | 12.765 2.504 | 148.648 |

Termo e cronograma de amortização da dívida

O montante dos financiamentos com vencimento a curto e longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

| | Consolidado | |
|----------------|----------------|----------------|
| | 2015 | 2014 |
| 2014 | - | - |
| 2015 | - | 105.253 |
| 2016 | 131.967 | 28.249 |
| 2017 | 3.817 | 6.404 |
| 2018 | 1.966 | 1.338 |
| 2019 | 1.956 | 1.338 |
| 2020 | 1.956 | 1.338 |
| 2021 em diante | 6.986 | 4.015 |
| Total | 148.648 | 147.935 |

Garantia

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui ativos oferecidos como garantia para obtenção de empréstimos e financiamentos. A Administração da Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos, processos judiciais ou vendê-los a outra companhia. Informamos os valores do ativo imobilizado que estão dados em garantia para as operações de empréstimos:

- Terreno/edificações: R\$ 26.315 com Banco Itaú, R\$ 1.460 com BDMG, R\$ 17.751 com Banco Bradesco
- Terreno/edificações/máquinas/equipamentos/instalações: R\$ 16.133 com Desenhahia.

21. Debêntures (emissões públicas não conversíveis em ações)

| | Encargos financeiros | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|------------------------------|--------------|--------|-------------|--------|
| | | dez/15 | dez/14 | dez/15 | dez/14 |
| Debêntures | INPC mais juros de 8,5% a.a. | 5.631 | 4.316 | 5.631 | 4.316 |
| Passivo circulante | | 5.631 | 4.316 | 5.631 | 4.316 |
| Passivo não circulante | | - | - | - | - |
| | | 5.631 | 4.316 | 5.631 | 4.316 |

22. Obrigações Trabalhistas

| | Controladora | | Controladora | |
|---------------------|--------------|-------|--------------|-------|
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| Férias | - | 5 | 1 | 169 |
| FGTS | 1.665 | 259 | 1.666 | 260 |
| INSS | 9.982 | 1.709 | 9.984 | 1.714 |
| IRRF | 784 | - | 784 | 1 |
| Outros encargos | 111 | 388 | 882 | 758 |
| Pensão Alimentícia | 7 | 4 | 7 | 4 |
| Provisão | 4.131 | 3.085 | 4.131 | 3.086 |
| Rescisão Contratual | 6 | - | 6 | - |
| Salários | 1.221 | 1.362 | 1.224 | 1.369 |
| | 17.907 | 6.812 | 18.684 | 7.361 |

23. Obrigações fiscais

| Nota | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Impostos e contribuições | | | | |
| ICMS | 655 | 262 | 659 | 272 |
| PIS | 1.674 | 45 | 1.713 | 68 |
| COFINS | 7.071 | 208 | 7.274 | 309 |
| Outros | 1.114 | 1.743 | 4.976 | 2.328 |
| | 10.513 | 2.258 | 14.623 | 2.977 |
| Tributos parcelados | | | | |
| REFIS - Lei 11.941/09 | 1.352 | 1.887 | 1.352 | 1.887 |
| Parcelamento do ICMS | 7.424 | 10.844 | 26.967 | 32.332 |
| DECRETO PARCELAMENTO 772799 - ICMS | | 1.887 | - | 1.887 |
| | 8.776 | 12.731 | 28.318 | 34.219 |
| | 19.289 | 14.989 | 42.942 | 37.196 |
| Passivo circulante | 12.775 | 5.571 | 37.162 | 8.720 |
| Passivo não circulante | 6.514 | 9.418 | 5.780 | 28.476 |
| | 19.289 | 14.989 | 42.942 | 37.196 |

(a) Parcelamentos ICMS**(a.1) PPI - Programa de parcelamento Incentivado (Controladora e Consolidado)****ICMS - São Paulo**

Em 04 de julho de 2007, a Companhia optou por parcelar seus débitos de ICMS, através de opção pelo PPI, um programa de parcelamento incentivado concedido pelo governo do Estado de São Paulo, através do decreto 51.960.

O parcelamento foi realizado em 180 meses, com o benefício da redução de 50% das multas punitivas e moratórias e 40% do valor atualizado dos juros incidentes sobre o imposto e a multa, que concedeu a redução no valor dos juros e das multas punitivas e moratórias em vários percentuais de acordo com a forma de pagamento.

Em 31 de dezembro de 2015, não havia parcelas vencidas em que pudesse desqualificar a Companhia do referido programa.

(a.2) ICMS – Espírito Santo

A Companhia ingressou, em julho de 2014, no parcelamento no montante de R\$ 22.155, optando pelo pagamento em 120 parcelas, através da opção pelo Programa de Parcelamento Incentivado de Débitos Fiscais de ICMS, para débitos ocorridos até 30 de setembro de 2013, lançado pela Lei nº 10.161 de 27 de dezembro de 2013. Este débito foi reclassificado de longo para curto prazo, tendo em vista a sua rescisão em dezembro de 2015.

(a.3) PEP – Programa de Parcelamento**PEP – ICMS**

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia optou pelo parcelamento, em 120 parcelas, de seu débito de ICMS, através do Decreto nº 58.811, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu o Programa Especial de Parcelamento (PEP do ICMS), permitindo ao contribuinte promover a regularização dos créditos do Estado, decorrentes de débitos de ICMS, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar.

24. Demais contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015, os valores que compõem essa rubrica correspondem, substancialmente, a valores a pagar de patrocínios a clubes e de comissões.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Despesas com Viagem, Importação e Prestação de serviço | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Qualidade Cliente | 1.074 | 706 | 1.074 | 706 |
| Frete sobre Vendas | 1.547 | 804 | 1.617 | 804 |
| Galacross do Brasil Ltda | 3.539 | 3.539 | 3.539 | 3.539 |
| Contas a pagar aos clubes e federações | 3.735 | 1.913 | 3.735 | 1.913 |
| Comissões a pagar | 105 | 121 | 105 | - |
| Provisões a pagar | - | - | - | - |
| Outros | 4.354 | 2.625 | 5.156 | 5.335 |
| | 14.356 | 9.710 | 15.228 | 12.299 |
| Circulante | 10.817 | 6.171 | 11.579 | 8.714 |
| Não Circulante | 3.539 | 3.539 | 3.649 | 3.585 |

25. Provisões para Contingências

| Natureza | dez/15 | | | Controladora dez/14 | | |
|--------------|-------------------|-------------------|----------------------|------------------------|-------------------|----------------------|
| | Valor de Provisão | Depósito Judicial | Contingência Líquida | Valor de Provisão | Depósito Judicial | Contingência Líquida |
| | | | | | | |
| Trabalhista | 2.951 | (1.058) | 1.893 | 1.214 | (977) | 237 |
| Civil | - | (2.130) | (2.130) | - | (2.505) | (2.505) |
| Total | 2.951 | (3.188) | (237) | 1.214 | (3.482) | (2.268) |

| Natureza | dez/15 | | | Conolidado dez/14 | | |
|--------------|-------------------|-------------------|----------------------|----------------------|-------------------|----------------------|
| | Valor de Provisão | Depósito Judicial | Contingência Líquida | Valor de Provisão | Depósito Judicial | Contingência Líquida |
| | | | | | | |
| Trabalhista | 2.951 | (1.075) | 1.876 | 1.214 | (993) | 221 |
| Civil | - | (2.130) | (2.130) | - | (2.505) | (2.505) |
| Total | 2.951 | (3.205) | (254) | 1.214 | (3.498) | (2.284) |

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

| | Controladora | | |
|---------------------------------|--------------|------------|--------------|
| | Trabalhista | Tributário | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 1.214 | - | 1.214 |
| (+) Complemento de provisão | 1.907 | - | 1.907 |
| (-) Pagamento de ações | (170) | - | (170) |
| (+/-) Reversões | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 2.951 | - | 2.951 |

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que o desembolso desses recursos possa ocorrer, substancialmente, entre 2015 e 2018.

Contingências perdas possíveis

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas cíveis, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas e estão apresentadas nesta nota.

Em 31 de dezembro de 2015, existem processos em andamento que totalizam aproximadamente R\$ 34.418 (R\$ 11.115 em 31 de dezembro de 2014) para os quais, baseada na opinião de seus assessores jurídicos externos, que julgam como possíveis as possibilidades de perda com esses processos, entendem não ser devido qualquer valor relativo a essas notificações e, portanto, não constituiu provisões para esse fim. Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão

desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face de um eventual desfecho desfavorável à Companhia.

A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos. Os processos mais significativos, cujos riscos foram avaliados como possível, estão sumariados a seguir:

- (i) Ações cíveis, no montante de R\$ 1.540 (R\$ 939 em 31 de dezembro de 2014), com grande parte pleiteando danos morais e materiais.
- (ii) Ações trabalhistas, movidas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente a constatação de lesão por esforço repetitivo (LER) e/ou adicional de insalubridade, no montante de R\$ 1.975 (R\$ 2.991 em 31 de dezembro de 2014).
- (iii) Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho por suposto descumprimento de medidas relacionadas à saúde e segurança do trabalho nas unidades fabris da Bahia. Os assessores jurídicos internos e externos da Companhia estimam uma perda possível de R\$ 2.162.
- (iv) Autos de infração movidos pela Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba para cobrança de ICMS, proveniente da glosa de diversos créditos tributários, no montante de R\$ 28.741 (R\$ 7.185 em 31 de dezembro de 2014).

26. Patrimônio Líquido

26.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$35.636, representado por 38.552.249 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal sendo 13.087.267 ordinárias com direito a voto e 25.464.982 preferenciais sem direito a voto.

As ações da Companhia em 31 de dezembro de 2015 estão totalmente subscritas e integralizadas.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais. Essas ações poderiam existir através de instrumento financeiro ou outro contrato que dá ao seu titular o direito a ações ordinárias.

O valor de mercado das ações da Cambuci, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, correspondia em 31 de dezembro de 2015 a R\$ 0,98 por ação. O valor patrimonial nessa mesma data era R\$ 0,13 por ação.

26.2 Reserva de lucros

- **Reserva Legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Não houve constituição pela existência de prejuízos acumulados.

- **Reserva de capital – incentivos fiscais**

O saldo desta reserva era composto principalmente pelo benefício fiscal de subvenção de ICMS sobre os empreendimentos instalados nos Estados da Bahia e Paraíba. Com a adoção das Leis 11.638/07 e 11.941/09, a partir de 1 de janeiro de 2007, o benefício do ICMS passou a ser lançado em conta de resultado do exercício, sendo destinado à conta de reserva de lucros por proposta da Administração, referendada pela Assembleia Geral.

26.3 Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício, tem a seguinte destinação:

- (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social;
- (ii) dividendo mínimo obrigatório computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei e em igualdade de condições para todos os acionistas.

26.4 Outros Resultados abrangentes

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

26.5 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado do período ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, excluindo aquelas mantidas em tesouraria e respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O resultado diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado do período ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O número médio ponderado dessas ações é calculado a partir do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no início do período, ajustado pelo número de ações, quando aplicável, readquiridas ou emitidas durante o período multiplicado por um fator ponderador de tempo.

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o resultado do período ajustado aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

| lote de mil ações | Período de janeiro a Dezembro de 2015 | | |
|--|--|------------------------|------------------|
| | Ações Ordinárias | Ações Preferenciais | Total |
| Resultado atribuível aos acionistas | (27.450) | (27.450) | (27.450) |
| Media ponderada das ações em circulação durante o período | 13.087.267 | 25.464.982 | 38.552.249 |
| Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$ | (0,00210) | (0,00108) | (0,00071) |

| | Período de janeiro a Dezembro de 2014 | | |
|--|--|------------------------|-----------------|
| | Ações Ordinárias | Ações Preferenciais | Total |
| Resultado atribuível aos acionistas | 13.986 | 13.986 | 13.986 |
| Media ponderada das ações em circulação durante o período | 13.087.267 | 25.464.982 | 38.552.249 |
| Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$ | 0,001069 | 0,000549 | 0,000363 |

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A companhia não apresenta ações potenciais que provocam diluição.

27. Instrumentos financeiros

| | | | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|-----------------------------|------|--------------|----------|-------------|----------|
| | Classificação por categoria | Nota | Dez/2015 | Dez/2014 | Dez/2015 | Dez/2014 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | | | |
| Caixas e bancos | Empréstimos e recebíveis | 8 | 9.466 | 14.895 | 10.858 | 18.258 |
| | | | 9.466 | 14.895 | 10.858 | 18.258 |
| Aplicações financeiras | | | | | | |
| Aplicação mantida até o vencimento | Mantidos até o vencimento | | - | 605 | - | 605 |
| | | | - | 605 | - | 605 |
| Contas a receber clientes | Empréstimos e recebíveis | 9 | 48.850 | 65.211 | 58.742 | 74.820 |
| | | | 48.850 | 65.211 | 58.742 | 74.820 |
| Partes relacionadas | | | | | | |
| Ativos | Empréstimos e recebíveis | 12 | 24.966 | 29.669 | - | - |
| Passivos | Empréstimos e recebíveis | 12 | 897 | 11.921 | - | - |
| Fornecedores | Outros passivos financeiros | 19 | 25.186 | 33.841 | 33.841 | 33.841 |
| | | | 25.186 | 33.841 | 33.841 | 30.726 |
| Empréstimos e financiamentos | | | | | | |
| Moeda estrangeira | Outros passivos financeiros | 20 | - | 17.332 | 15.269 | 27.717 |
| Moeda Nacional | Outros passivos financeiros | 20 | 133.379 | 102.106 | 133.379 | 120.218 |
| | | | 133.379 | 119.438 | 148.648 | 147.935 |
| Debêntures | Outros passivos financeiros | 21 | 5.631 | 4.316 | 5.631 | 4.316 |
| | | | 5.631 | 4.316 | 5.631 | 4.316 |

A tabela acima apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, sendo o valor justo uma aproximação razoável do valor contábil.

27.1 Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

(i) contas a receber de clientes, fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

(ii) o valor justo de partes relacionadas ao final de cada período é igual ao valor contábil.

(iii) o valor justo dos financiamentos é uma aproximação razoável do valor contábil.

27.2 Hierarquia do valor justo**Técnicas de avaliação e dados (*inputs*) significativos não observáveis**

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia não mantinha operações de instrumentos financeiros cujas mensurações dependeriam da hierarquia de valor justo. Entretanto, caso houvesse essas operações, a Companhia aplicaria o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial e divulgaria as mensurações dependendo do nível da hierarquia de valor justo, que são:

Nível 1 – valor justo obtido através de preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, como, por exemplo, a bolsa de valores; e

Nível 2 – valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de swap ou por modelos de avaliação de contratos de opções. Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

27.3 Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência das taxas de câmbio, taxas de juros e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos a essas variáveis estão apresentadas a seguir.

Em 31 de dezembro de 2015, os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia incluem contas de depósitos bancários, contas a receber e financiamentos, que tem seus valores apresentados nos registros contábeis próximos aos de mercado.

(i) Seleção dos riscos

Os principais riscos que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são:

- a taxa de câmbio dólar-real
- indexadores de mercado (CDI / INPC / IPCA / TJLP / TR)

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Cambuci apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

Não faz parte da estratégia da Companhia e suas controladas, efetuarem transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos.

A Companhia ainda apresenta, em 31 de dezembro de 2015, valores referentes a alguns empréstimos e financiamentos, que por estarem renegociados não podem ser comparados aos valores de mercado.

(ii) Seleção dos cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Cambuci inclui na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Administração da Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Dado que a Cambuci administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar contra o real podem ser compensados por efeitos opostos nos resultados operacionais.

Foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, em relação à nossa projeção do dólar médio do exercício.

(iii) Sensibilidade

A sensibilidade dos empréstimos e financiamentos expostos à variação das taxas de mercado, segundo o que determina a instrução CVM 475/08, é apresentada na tabela abaixo com as variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

| Operação | Contratos | Cenário Provável | Cenário adverso possível (a) | | Cenário adverso remoto (b) | |
|----------------|----------------|------------------|------------------------------|---------------|----------------------------|---------------|
| | Valor - Reais | Taxa (média/ano) | Taxa (+25%) | Perda | Taxa (+50%) | Perda |
| CDI | 114.444 | 13,2386% | 16,5483% | 3.788 | 19,8579% | 7.575 |
| IPCA | 1.460 | 10,6735% | 13,3419% | 39 | 16,0103% | 78 |
| TJLP | 16.669 | 6,2496% | 7,8120% | 260 | 9,3744% | 521 |
| TR | 231 | 1,7954% | 2,2443% | 1 | 2,6931% | 2 |
| Peso Argentina | 12.765 | 0,3604 | 0,4505 | 1.150 | 54,0600% | 2.300 |
| Peso Chileno | 2.504 | 0,0050 | 0,0063 | 3 | 0,7500% | 6 |
| Fornecedor | 8.938 | 3,3387 | 4,1734 | 7.460 | 500,8050% | 14.920 |
| Clientes | 1.248 | 3,3387 | 4,1734 | 1.042 | 500,8050% | 2.083 |
| Total | 158.258 | | | 13.742 | | 27.485 |

(a) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação aos empréstimos em moeda estrangeira de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP, TR, Dólar e outras moedas estrangeiras de 25% em relação às taxas do cenário provável.

(b) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação aos empréstimos em moeda estrangeira de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP, TR, Dólar e outras moedas estrangeiras de 50% em relação às taxas do cenário provável.

27.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Contas a receber

Contas a receber de clientes

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior. Em 31 de dezembro de 2015, a classificação do risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2014.

28. Receita operacional líquida

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Receitas brutas de vendas | | | | |
| no Brasil | 266.750 | 274.759 | 240.152 | 247.754 |
| no exterior | 5.421 | 7.147 | 99.703 | 90.150 |
| | <u>272.171</u> | <u>281.906</u> | <u>339.855</u> | <u>337.904</u> |
| Deduções de Venda | | | | |
| Tributos | (32.853) | (35.193) | (31.503) | (36.191) |
| Devoluções de vendas e outros | (29.758) | (17.507) | (22.433) | (17.849) |
| | <u>(62.611)</u> | <u>(52.700)</u> | <u>(53.936)</u> | <u>(54.040)</u> |
| Receita líquida de vendas | <u>209.560</u> | <u>229.206</u> | <u>285.919</u> | <u>283.864</u> |

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, com as respectivas alíquotas básicas:

| | |
|---|----------------|
| ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços | 7,00% a 18,00% |
| COFINS – Contribuição para Seguridade Social | 7,60% |
| PIS – Programa de Integração Social | 1,65% |
| INSS – Contribuição para Seguridade Social (i) | 1,00% |

(i) Vigente a partir de 1º de dezembro de 2011 de acordo com o art. 8º da Lei nº 12.546 de 14/12/2011 que substituiu a contribuição de INSS a cargo da empresa de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços. Até julho de 2012 a alíquota foi de 1,50%, a partir de 1º de agosto de 2012 passou a ser de 1,00% do faturamento, conforme a MP nº 563 de 03/04/2012 e Lei nº 12.715 de 17/09/12. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS passou a ser um tributo sobre vendas e, conseqüentemente, para fins de divulgação das Informações trimestrais encerradas em 30 de setembro de 2015 e 2014, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo.

29. Incentivos fiscais – Subvenção para investimentos

A Companhia goza de subvenções de investimentos, concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2020 e 2021. A partir de 1º de janeiro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, o referido benefício passou a ser reconhecido no resultado, constituindo, quando do encerramento das demonstrações financeiras, uma reserva de lucros no patrimônio líquido, conforme as disposições das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

O valor dessa subvenção para investimentos, registrado em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está demonstrado no quadro abaixo:

| | | Controladora | |
|--------------------|-------------|---------------------|-------------------|
| | Nota | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Subvenção do ICMS: | | | |
| Paraíba | (a) | 4.582 | 4.772 |
| Bahia | (b) | 15.435 | 14.795 |
| | | <u>20.017</u> | <u>19.567</u> |

a) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pela fábrica de Campina Grande. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar as unidade fabril naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos nas fábricas paraibanas.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica Incentivos Fiscais Adeq. Lei nº 11.638 na demonstração do resultado.

b) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Bahia, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pelas fábricas de Itajuípe e Itabuna. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos nas fábricas paraibanas.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica Incentivos Fiscais Adeq. Lei nº 11.638 na demonstração do resultado.

30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas – consolidado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas estavam representadas por:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Despesas Indedutíveis | (5.656) | (168) | (5.656) | (162) |
| Baixa Estoques Obsoletos | (1.032) | 325 | (1.032) | 325 |
| PIS/COFINS Lei 9.718/98 | 29 | 33 | 29 | 33 |
| Contingências Fiscais | (2.130) | (1.308) | (2.130) | (1.308) |
| Venda de Ativo Permanente e Impostos | 37.127 | 288 | 37.217 | 288 |
| Venda de Sucatas /Resíduos e Impostos | 32 | 30 | 32 | 30 |
| Receita de Aluguéis | 2.742 | 9.308 | 2.742 | 9.308 |
| Credito de Pis e Cofins | 2.933 | 2.242 | 2.933 | 2.242 |
| Credito Fiscal | | 16.062 | - | 16.062 |
| Outras Receitas/despesas liquidas | (1.679) | 2.450 | (6.009) | 4.132 |
| | 32.366 | 29.262 | 28.126 | 30.950 |

31. Receitas financeiras e despesas financeiras

| | Controladora | | Consolidada | |
|---------------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Descontos obtidos | 917 | 1.788 | 917 | 1.788 |
| Variação cambial | 11.040 | 4.519 | 12.325 | 6.168 |
| Juros recebidos | 1.038 | 982 | 1.058 | 982 |
| Outras Receitas | - | - | 2.574 | - |
| | 12.995 | 7.289 | 16.874 | 8.938 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Juros s/ empréstimos e financiamentos | (33.360) | (15.073) | (33.360) | (23.102) |
| Variação cambial | (14.830) | (4.452) | (14.830) | (6.030) |
| Outras despesas | (21.534) | (11.207) | (29.183) | (11.207) |
| | (69.724) | (30.732) | (77.373) | (40.339) |
| Resultado financeiro líquido | (56.729) | (23.443) | (60.499) | (31.401) |

32. Despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Materia prima | 69.955 | 72.716 | 90.688 | 85.948 |
| Mão de obra direta | 31.834 | 31.233 | 41.270 | 36.917 |
| Gastos gerais de fabricação | 25.962 | 27.884 | 34.052 | 33.648 |
| Depreciação e Amortização | 3.498 | 3.982 | 4.371 | 4.016 |
| Custo dos produtos vendidos | 131.249 | 135.815 | 170.381 | 160.528 |
| Despesas com vendas | | | | |
| Clubes | 13.340 | 26.135 | 13.342 | 26.135 |
| Comissões | 9.427 | 8.489 | 11.043 | 9.935 |
| Marketing e TradeMarketing | 3.431 | 3.616 | 3.927 | 4.094 |
| Frete | 9.650 | 10.078 | 13.837 | 13.689 |
| Despesas com pessoal | 8.467 | 10.385 | 9.479 | 11.331 |
| Despesas com tecnologia da informação | 154 | 238 | 154 | 238 |
| Consultorias | 65 | 125 | 65 | 125 |
| Serviços com Terceiros | 709 | 1.029 | 941 | 1.302 |
| Depreciação e amortização | 702 | 2.012 | 764 | 2.087 |
| Outros | 10.850 | 6.829 | 19.454 | 12.222 |
| | 56.795 | 68.936 | 73.006 | 81.158 |
| Despesas gerais e administrativas | | | | |
| Despesas com pessoal | 12.784 | 13.754 | 13.819 | 14.606 |
| Serviços com Terceiros | 2.203 | 1.494 | 2.256 | 1.517 |
| Despesas com tecnologia da informação | 1.543 | 1.485 | 1.578 | 1.510 |
| Consultorias | 1.461 | 1.002 | 1.471 | 1.075 |
| Depreciação e Amortização | 5.026 | 1.662 | 5.818 | 2.368 |
| Outros | 3.036 | 2.592 | 11.061 | 6.525 |
| | 26.053 | 21.988 | 36.003 | 27.601 |

33. Informações por segmento

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estejam disponíveis, sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, à Companhia está organizada em uma única unidade geradora de caixa e, portanto, em somente um segmento passível de reporte. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das Informações trimestrais da Companhia. Os produtos da Companhia estão representados por duas marcas (Penalty e Stadium), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias e lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial, em que as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversos produtos, tais como: calçados, artigos esportivos e vestuário em geral. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base de relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação

similar, e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

Como mencionado anteriormente, as operações são geridas de forma consolidada e inclui a seguinte segmentação geográfica:

- (a) operações nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil; e
- (b) operações internacionais: desempenho das controladas na Argentina, Chile, Paraguai e Espanha.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a receita bruta de vendas por segmento geográfico está representada da seguinte forma:

- Operações nacionais: 70,7%.
- Operações internacionais: 29,3%.

As informações de vendas brutas no mercado interno e externo, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior.

Vendas brutas – mercado interno e externo

| | Consolidado | |
|--------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Brasil | 240.152 | 289.399 |
| Argentina | - | 41.760 |
| Outros | 99.703 | 6.745 |
| Total | 339.855 | 337.904 |

34. Benefícios a empregados – Stock Options

Em 29 de novembro de 2012, através de Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração, no âmbito de suas funções, aprovou o plano opções de compra de ações para colaboradores da Companhia.

Durante o exercício de 2015 foram outorgadas, aos executivos da Companhia plano de opções de ações, cujo objetivo é estimular a expansão dos negócios e oferecer, como vantagem adicional, a oportunidade de determinados profissionais tornarem-se acionistas da Companhia nos termos e condições previstos neste plano.

As características do plano outorgados foram:

| | Plano 2015 |
|-----------------------------|-------------------|
| Total de opções outorgadas | 480.000 |
| Preço de exercício da opção | 1,90 |
| Valor justo médio da opção | 0 (zero) |
| <i>Carência (em anos)</i> | 5 |
| <i>Vesting</i> | (20% a.a.) |
| Duração da opção (em anos) | 7 |
| Carência (em anos) | 2 |

A movimentação das opções foram como segue:

| | |
|---|----------------|
| Total de opções em 31 de dezembro de 2014 | 480.000 |
| Desligamentos | (360.000) |
| Total de opções em 31 de dezembro 2015 | 120.000 |

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve obrigação de provisão com remuneração baseada em ações em virtude do *fair value* da opção ser zero.

A Companhia calculou o *fair value* do plano de opções através do método *Black & Scholes*, utilizando as seguintes premissas de mercado:

Preço da ação em 31 de dezembro de 2015: R\$ 0,98 por ação

Correção do preço de opção: IPCA

Volatilidade: 1,69% a.a.

Taxa de desconto livre de risco: 12% a.a.

35. Cobertura de Seguros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houveram alterações significativas na cobertura de seguros da Cambuci e suas controladas. A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros para seus bens, considerando adequada a cobertura contratada, considerando as orientações de terceiros e a concentração de seus riscos.

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$ 133.862 para danos materiais e R\$ 45.222 para responsabilidade civil, respectivamente para o Grupo e para a Companhia

36. Eventos subsequentes

O Ceará Sporting Club o contrato foi assinado em 10/01/2014 e teria vigência de 01/05/2014 até 31/12/2016, teve o aditivo para abreviar a vigência assinado em 26/02/2016, com encerramento previsto para 31/05/2016;

O Cruzeiro Spot Club o contrato foi assinado em 01/08/2014 e teria vigência de 01/01/2015 até 31/12/2017, teve o aditivo para abreviar a vigência assinado em 07/04/2016, com encerramento oficial em 31/03/2016;

O Santa Cruz Futebol Clube teve o contrato renovado em 01/04/2014 e teria vigência até 31/12/2019, termino do contrato foi abreviado para 29/02/2016 mediante ao aditivo assinado em 08/04/2016.

A companhia pretende aderir ao programa de parcelamento do ICMS do Estado do Espírito Santo ,conforme estabelecido na lei 10.497 de 26/02/2016 que prorrogou o prazo , para 31 de maio de 2016, para ingresso no programa de parcelamento incentivado de débitos fiscais, previsto no art. 6º, I e II da lei 10.376 de 08 de junho de 2015